

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Dando cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. O Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017. Sendo o que temos a referenciar nesta oportunidade permanecemos em nossa Sede Social ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas, para quaisquer esclarecimentos e perfeita compreensão das Demonstrações Financeiras ora apresentadas. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2018. A **Diretoria**.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de reais)

	2017	2016		2017	2016
Ativos			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	25.631	99	Fornecedores e outras obrigações	28.905	26.149
Aplicações financeiras (Nota 6)	206.434	104.551	Salários e encargos sociais (Nota 11)	28.189	28.022
Contas a receber de clientes (Nota 7)	95.664	101.614	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	33.166	42.937
Impostos a recuperar (Nota 8)	21.183	18.217	Outras obrigações tributárias	14.952	14.611
Estoques (Nota 9)	44.827	73.704	Dividendos e juros sobre capital próprio (Nota 21)	14.314	13.877
Despesas do exercício seguinte	2.086	2.725	Provisão de despesas	8.090	924
Outras contas a receber	4.132	3.953	Outras contas a pagar	2.422	2.850
	399.957	304.863		130.038	129.370
Não circulante			Não circulante		
Impostos a recuperar (Nota 8)	559	559	Empréstimos e Financiamentos (Nota 12)	208.378	166.156
Depósitos judiciais (Nota 13)	108.764	126.809	Provisão para contingências (Nota 13)	42.075	131.883
Outras contas a receber	2.964	2.781		250.453	298.039
IR e contribuição social diferidos (Nota 14)	19.373	33.049		280.623	280.623
	131.660	163.198	Capital social	10.640	6.721
Investimentos	1.045	804	Reserva de incentivo fiscal	255.196	216.758
Imobilizado (Nota 10)	394.206	461.381	Reservas de lucros	546.459	504.102
Intangível	82	1.265		926.950	931.511
	395.333	463.450	Total do patrimônio líquido		
Total do ativo	926.950	931.511			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de investimentos		
Saldo em 1º de janeiro de 2016	259.897	2.762	13.441	216.514	-	492.614
Aumento de capital	20.726	-	-	-	20.726	20.726
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.762	8.762
Reserva legal (Nota 15 (iii))	-	-	438	-	(438)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (Nota 15 e 21)	-	-	-	(18.000)	-	(18.000)
Subvenção para investimento	-	3.959	-	-	(3.959)	-
Destinação para reservas	-	-	-	4.365	(4.365)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	280.623	6.721	13.879	202.879	-	504.102
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	60.357	60.357
Reserva legal (Nota 15 (iii))	-	-	3.018	-	(3.018)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (Nota 15 e 21)	-	-	-	(18.000)	(18.000)	(18.000)
Subvenção para investimento	-	3.919	-	-	(3.919)	-
Destinação para reservas	-	-	-	35.420	(35.420)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	280.623	10.640	16.897	238.299	-	546.459

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Informações gerais: A Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A. (a "Companhia") tem por objetivo a produção, a importação, exportação e a venda de produtos alimentícios, tendo como seu foco principal as linhas de biscoitos e massas. A Companhia possui duas operações fabris no Brasil, ambas localizadas no Estado do Rio de Janeiro, localizadas em Turiaçu e no Distrito Industrial de Queimados, essa última com início de operação em abril de 2016. A Piraquê possui também filiais nas capitais dos estados de São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Paraná para distribuição de seus produtos. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 26 de abril de 2018.

2 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. **2.1 Conversão de moeda estrangeira:** i. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Companhia. ii. **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3 Ativos financeiros:** i. **Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. 1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. 2. Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia basicamente compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras" e "Depósitos judiciais". ii. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. iii. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. iv. **Impairment de ativos financeiros:** **Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.4 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber, líquido dos créditos, pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*) constituída por títulos em atraso acima de 120 dias. **2.5 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e

os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.6 Investimentos:** A Companhia participa na Piraquê Corretora de Seguros Ltda. com participação de 85% no seu capital. O investimento está registro ao custo acrescido da participação proporcional no resultado dessa investida. **2.7 Ativos intangíveis:** **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **2.8 Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Durante o exercício corrente, a Companhia realizou a revisão dos valores residuais e vida útil dos bens do ativo imobilizado, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sem que tivessem alterações em relação ao exercício anterior. Como resultado deste procedimento, a Companhia determinou as seguintes vidas úteis estimada para cada classe de ativo:

	Anos
Edificações	20-60
Máquinas	05-24
Veículos	04-15
Móveis, utensílios e equipamentos	04-14

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e (despesas), líquidas" na demonstração do resultado. **2.9 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.10 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.11 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.12 Provisões:** As provisões, incluindo aquelas para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) vigentes na data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto quanto como passivos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais. Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os impostos diferidos estão

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017	2016
Receita líquida (Nota 16)	695.054	725.056
Custo das vendas (Nota 17)	(376.556)	(431.765)
Lucro bruto	318.498	293.291
Despesas com vendas (Nota 17)	(198.583)	(229.694)
Despesas administrativas (Nota 17)	(69.389)	(75.028)
Outras receitas (despesas) (Nota 18)	(1.634)	8.608
Participação no lucro de empresa investida	240	48
Lucro (prejuízo) operacional	49.132	(2.271)
Receitas financeiras, líquidas (Nota 19)	21.780	3.961
Lucro antes do IR e da contribuição social	70.912	1.690
Imposto de renda e contribuição social (Nota 20)	(10.555)	7.072
Lucro líquido do exercício	60.357	8.762
Quantidade média ponderada de ações no exercício	232.461.212	232.461.212
Lucro por ação básico e diluído (em R\$)	0,26	0,04

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	60.357	8.762
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	60.357	8.762

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	70.912	1.690
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	38.785	40.625
Perda (ganho) na alienação de imobilizado	21.856	(851)
Despesas financeiras sobre os empréstimos	3.926	7.434
Provisão para devedores duvidosos	7.472	2.878
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais e contingências	-	866
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquida	(63.358)	17.212
Provisão de despesas	7.166	118
Equivalência patrimonial	(240)	-
87.385	68.816	

Redução (aumento) dos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(1.522)	(16.335)
Impostos a recuperar	(2.966)	(1.767)
Estoques	28.877	(13.012)
Despesas antecipadas	639	409
Outros ativos	(362)	(480)
Depósitos judiciais	24.861	(11.687)
Fornecedores	2.756	1.807
Salários e encargos sociais	167	2.311
Obrigações tributárias	3.199	2.232
Contingências	(32.400)	(4.526)
Outras contas a pagar	749	(4.919)
111.382	22.849	

Juros pagos de empréstimos
IRPJ e CSLL Pagos

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	101.277	6.005
---	----------------	--------------

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

Resgates (aplicações) financeiras, líquidas	(101.883)	28.278
Aquisições de imobilizado e intangível	(2.987)	(7.582)
Valor recebido pela venda de imobilizado	10.704	793
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(94.166)	21.489

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Captação de empréstimos	70.000	2.382
Pagamento de empréstimos	(34.017)	(22.815)
Dividendos distribuídos na forma de JCP	(17.563)	(7.197)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	18.420	(27.630)

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

25.532	(136)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	99	235
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	25.631	99

divulgados na nota 14. **2.14 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. i. **Venda de produtos:** A Companhia fabrica e vende uma variedade de massas, biscoitos e outros produtos no mercado de atacado e varejo. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos aos seus clientes, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelos clientes. A receita não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido entregues no local especificado; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. ii. **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento. **2.15 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, ou pela Diretoria, de acordo com as disposições do estatuto social. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.16 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** A seguir indicamos a alteração de norma que foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017. Exceto pela adoção da alteração do CPC 03/IAS 7 (Nota 12, as demais alterações não tiveram impactos materiais para a Companhia. CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa: Essa alteração introduz uma divulgação adicional que pretende permitir aos usuários das demonstrações financeiras avaliar melhor as mudanças nos passivos decorrentes das atividades de financiamento. As entidades são requeridas a divulgar mudanças nos passivos para os quais fluxos de caixa foram ou irão compor as atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: Esclarece que a análise de reconhecimento do imposto de renda diferido ativo ("IRD ativo") deve ser efetuada para as demonstrações financeiras como um todo, considerando a expectativa de lucros tributáveis futuros e diferenças temporárias tributáveis disponíveis. Esse tema é especialmente relevante quando um ativo é avaliado ao valor justo e esse valor está abaixo de sua base fiscal. O princípio geral de reconhecimento de IRD ativo deve ser sempre aplicado, ou seja, a análise de reconhecimento não pode ser efetuada considerando uma transação isolada. CPC 45



INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PIRAQUÊ S.A.

CNPJ/MF nº 33.040.122/0001-60

Continuação...

dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O novo pronunciamento entra em vigor para exercícios iniciados em 2019 e substitui o CPC 06 (R1) e correspondentes interpretações. A norma irá impactar o registro de certas operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia tem em aberto. A Companhia está em andamento com o processo de análise dos contratos de arrendamento, bem como de avaliação do impacto financeiro, prevendo que pode existir um aumento no total de ativos e passivos no momento inicial da adoção da norma, em decorrência do reconhecimento do direito de uso sobre o ativo "arrendado" e do passivo de arrendamento mercantil, respectivamente. Por conseguinte, ainda não é possível estimar o montante dos ativos de direito de utilização e os passivos de locação que terão de ser reconhecidos na adoção da nova norma e como isso pode afetar o resultado da Companhia e a classificação dos fluxos de caixa futuros. A administração pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.18 Incentivo Fiscal: Subvenção para investimentos – Em função da política de Recuperação Fiscal Regionalizada, Lei nº 5636/2010, revogada pela Lei

6979, de 31/03/2015, a Companhia goza de benefício de subvenção, concedida pelo Governo Estadual do Rio de Janeiro, para sua filial localizada no Município de Queimados. O regime especial de tributação é baseado no recolhimento do ICMS, previsto nesta Lei, que vigorará até o último dia do vigésimo quinto ano subsequente à data de sua publicação e somente se aplica sobre a parcela do ICMS próprio devido pelo estabelecimento industrial optante do referido regime. O mesmo consiste na redução de alíquota do imposto sobre saídas por vendas ou transferências. Em decorrência do início da operação da nova fábrica, somente ter ocorrido em janeiro 2016, o valor dessa subvenção para investimentos, foi registrado no resultado a título de subvenção para custeio, em 2017 no montante de R\$ 3.919 (em 2016 R\$ 3.959).

3 Estimativas contábeis críticas: As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **i. Revisão da recuperação de propriedades, plantas e equipamentos:** A capacidade de recupera-

ção dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. **ii. Provisão para contingências:** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais, externos e internos, e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **iii. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber, líquido dos créditos, pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*) é constituída a partir da análise do título em atraso acima de 120 dias. Também, a provisão é constituída pela administração levando em consideração certos aspectos qualitativos como a situação econômica dos clientes e a expectativa de recebimento por parte da Companhia em relação a estes clientes, dentre outros, por exemplo.

DIRETORIA EXECUTIVA

Celso Colombo Filho
Sérgio Ometto Colombo - Eduardo Ometto Colombo

DIRETORIA OPERACIONAL

Alexandre Colombo - Sérgio Ometto Colombo Filho
Marcello Ometto Colombo - Alberto Régis Távora

GERÊNCIA CONTÁBIL

Gilvando Calixto da Silva
Contador CRC-RJ 053141/O-2

* As Demonstrações Financeiras completas, com as demais notas explicativas e o relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, auditados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes encontram-se a disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia.